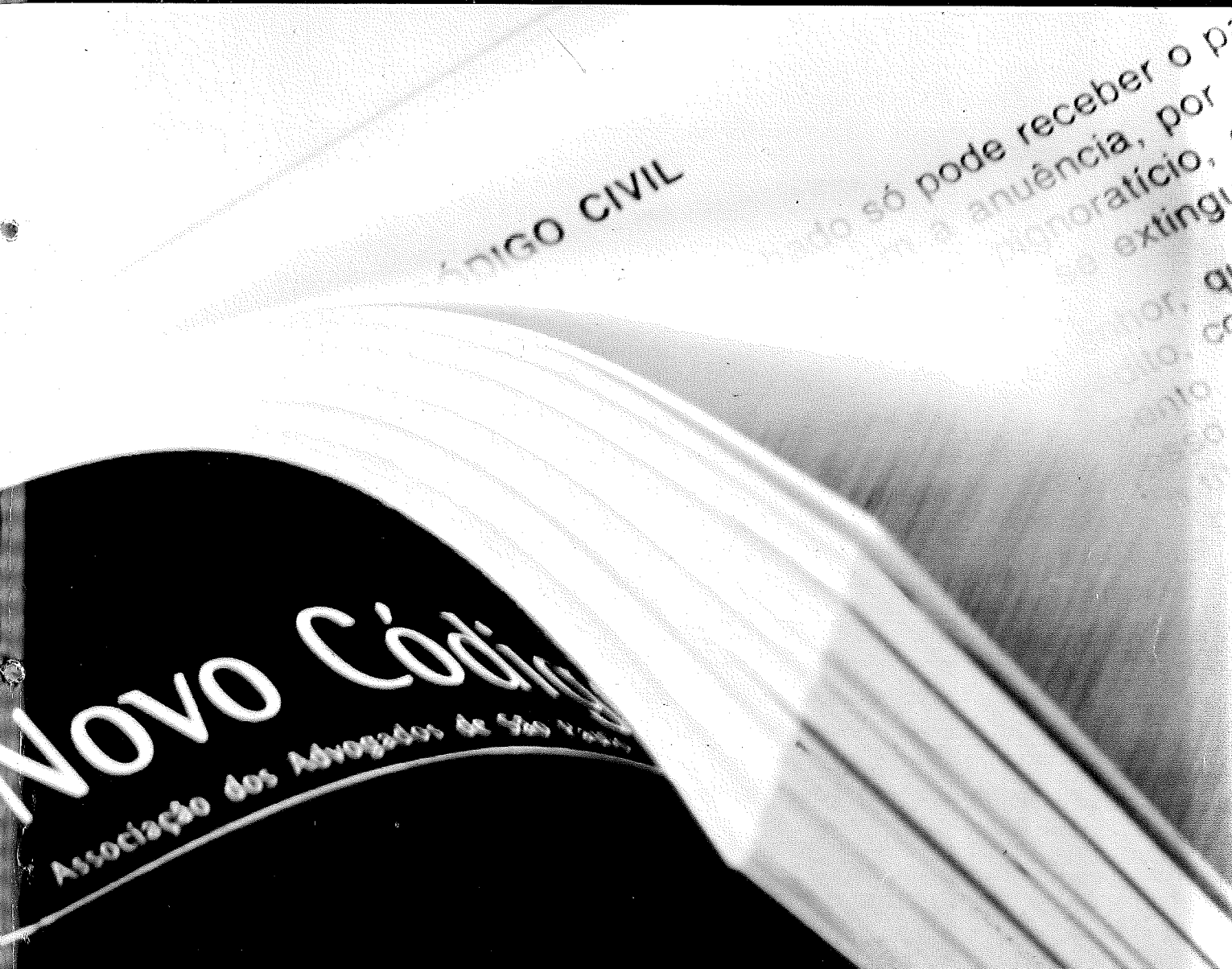


Advogado/AASP  
/n.77

ista do

# ADVOGADO

Ano XXIV Julho de 2004 nº 77



O novo Código Civil  
1 ano de vigência



Associação dos Advogados  
de São Paulo

# Pertenças

**Paulo Dias de Moura Ribeiro**

Juiz substituto em segundo grau, lotado na Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; mestre e doutor em Direito das Relações Sociais (Direito Civil) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professor universitário

## Sumário

1. Introdução;
  2. Localização do tema;
  3. *Res derelictae* e *res nullius*;
  4. Conceito de patrimônio;
  5. Das pertenças;
  6. Conclusões;
- Bibliografia.

## 1. Introdução

Não é possível imaginar o ser humano vivendo em sociedade sem que ao mesmo tempo se adicione a ele a idéia de ser o sujeito de direito que precisa ser tutelado pela ordem jurídica.

Mais que isso, também não é possível se imaginar o ser humano sem um acervo de bens que pode decorrer do seu deleite ou da sua vontade de progredir, quer materialmente, quer espiritualmente.

E se podemos enxergar o ser humano vivendo em sociedade e ostentando bens que o exornam, parece que também é necessário visualizá-lo com vínculos com outros seres humanos ou com vínculos com estes bens, de modo a tornar lícita a transmissão da propriedade e a própria propriedade.

Neste particular vem à baila o objeto do presente estudo, a pertença, novidade trazida pelo Código Civil de 2002 e introduzida na classe dos bens reciprocamente considerados para superar antiga discussão acadêmica sobre se ela e o bem acessório são ou não a simples sutileza de um sinônimo jurídico.

Reside neste aspecto, aparentemente de pouca envergadura, o objeto do presente estudo.

## 2. Localização do tema

O artigo 1º do antigo Código Civil,<sup>1</sup> que não foi repetido pelo novo Código Civil, dava a exata noção de qual seria o objetivo da sua Parte Geral estabelecendo que nele estariam contidas disposições sobre as

pessoas, os bens e os vínculos jurídicos que as ligassem com exclusividade ou que as ligassem aos bens.

No que tange às pessoas, o novo Código Civil inovou porque o artigo 2º, do velho Código Civil, as designava com o gênero amplo de “homem”.<sup>2</sup>

A propósito, vale a pena salientar que a modificação veio a calhar porque o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, também se utilizou do mesmo vocábulo para estabelecer que um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito se assenta na dignidade da pessoa humana.<sup>3</sup>

Não custa destacar que o Ministro Moreira Alves, que foi o Relator para a Parte Geral do Projeto do Código Civil, insistiu na idéia de que a redação original estava melhor equacionada juridicamente com a expressão “pessoa física” porque ela também estava sendo utilizada em outros códigos modernos e, mais que isso, pelo simples fato de que o homem é uma pessoa física, já que a sua personalidade se relaciona com a sua existência física, ao passo que a pessoa jurídica, em contraposição ao ser humano, existe para o direito, mas não para o mundo físico.<sup>4</sup>

Afastada a questão, importa tentar distinguir os conceitos de bens e coisas para que possamos enveredar no âmago da proposta deste estudo.

1. “Este Código regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações”.

2. “Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil”.

3. “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - .....

II - ..... 

III - a dignidade da pessoa humana”.

4. *A Parte Geral do Projeto de Código Civil brasileiro*, Saraiva, 1986, p. 126.



Para isso, parece imperioso que se fixe inicialmente o conceito da palavra “bem”. Para tanto, a doutrina do século retrasado, na lavra de Antonio Joaquim Ribas, se afigura bastante atual, pois, com base nas lições do Direito Romano, o conselheiro destacou que na sua origem a palavra *bens* deriva de *bona*, e esta, segundo Ulpiano, vem de *beare*, que significa *tornar feliz*.<sup>5</sup>

Bem por isso a anotação de Clóvis Beviláqua, para quem *bem*, na linguagem filosófica, é tudo quanto corresponde à solicitação dos nossos desejos.<sup>6</sup>

Em suma, o que se pode afirmar com segurança é que nos bens as pessoas encontram a satisfação das suas necessidades entendida no seu mais amplo aspecto, quer seja intelectual, cultural, moral, material ou espiritual.

Entretanto, juridicamente, conforme a observação de Clóvis Beviláqua, *bem* é uma utilidade<sup>7</sup> e a essa idéia se deve agregar a anotação de Renan Lotufo, para quem a utilidade deve ser econômica e por isso mesmo domicílio dos direitos patrimoniais.<sup>8</sup>

É interessante anotar que o antigo Código Civil, na sua Parte Geral, tratava indiferentemente o tema, já que ao classificar os bens tratava-os também como “coisas” (art. 43, bens imóveis; art. 47, bens móveis; art. 50, coisas fungíveis e consumíveis; art. 52, coisas divisíveis e indivisíveis; art. 54, coisas singulares e coletivas; art. 58, bens reciprocamente considerados; art. 65, bens públicos e particulares; art. 69, coisas que estão fora do comércio; e art. 70, bem de família).

Superando as críticas que pesavam no particular ao antigo Código Civil, o novo Código Civil a partir do seu artigo 79 só se utiliza da palavra “bens”.

Fácil é agora se admitir que no passado *bem* e *coisa* eram termos usados de modo indiferente pe-

los autores, já que a própria lei não tinha precisão terminológica.

Mas a avisada doutrina jamais se descuidou de fazer a distinção, consoante o ensinamento de Silvio Rodrigues, para quem *coisa* é o gênero do qual *bem* é espécie, pois a diferença específica está no fato de esta última incluir na sua compreensão a idéia de utilidade e raridade, ou seja, a de ter valor econômico.<sup>9</sup>

De qualquer forma, bebe em boa fonte quem não despreza a orientação de Washington de Barros Monteiro, pois para ele bens são valores materiais ou imateriais, ou seja, podem abranger coisas corpóreas ou incorpóreas, embora só interessem ao direito as que sejam suscetíveis de apropriação exclusiva pela pessoa, pois as que estão em grande quantidade na natureza (ar, luz solar, água dos oceanos) deixam de ter aquela conotação jurídica.

Desta forma, arrematando, podemos dizer que juridicamente *bens* são todas as coisas úteis e raras, que tenham valor econômico e que possam ser objeto de apropriação pelas pessoas.

### 3. *Res derelictae* e *res nullius*

Ao admitirmos agregado ao conceito de *bens* as idéias de utilidade, raridade, valor econômico e a possibilidade de serem eles apropriados pelo homem, impossível não se lembrar do antigo ensinamento romano sobre a *res derelictae* e a *res nullius* e isto só para se fixar este último conceito, ou seja, o da possibilidade jurídica da apropriação que permitirá o ingresso de um valor no patrimônio de alguém.

A tal respeito, vale a pena ter em consideração que as primeiras são os bens abandonados, ou coisas abandonadas, como pontificava o Direito Romano. As segundas são os bens sem dono, as coisas de ninguém, como também orientava o Direito Romano.

Na verdade, a possibilidade da apropriação deve ser entendida como modo originário de aquisição de propriedade que juridicamente era rotulada pelo Direito Romano como “ocupação”, ou seja, apreensão de coisa sem dono com a intenção de fazê-la própria.<sup>10</sup>

Inescondível que a ocupação prevista pelo Direito Romano tinha incidência mais ampla do que a estabelecida pelo artigo 1.263, do novo Código Civil, pois esta é uma das maneiras de se adquirir a propriedade do bem móvel. Ademais, ela seguramente foi o mais importante modo de aquisição da propriedade no Direito Romano, embora hoje te-

5. *Curso de Direito Civil brasileiro*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro-Editor, 1880, vol. II, obra fac-similar, Senado Federal, Brasília, junho de 2003, p. 199.

6. *Theoria geral do Direito Civil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1946, p. 207.

7. *Op. cit.*, p. 208.

8. *Código Civil comentado*, Saraiva, 2003, vol. 1, p. 196.

9. *Direito Civil - Parte Geral*, 32ª ed., atualizada de acordo com o novo Código Civil, Saraiva, 2002, vol. 1, p. 116.

10. José Carlos Moreira Alves, *Direito Romano*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, vol. I, p. 293.

nha sofrido grande redução porque fica cada vez mais difícil o encontro de bens sem dono.

Sedimentando os conceitos, crave-se que são coisas sem dono (*res nullius*, em sentido amplo) aquelas que nunca o tiveram (*res nullius*, em sentido estrito; por exemplo, os animais selvagens), ou aquelas cujo dono as abandonou, renunciando ao seu direito de propriedade (*res derelictae*), como nos ensina Moreira Alves.<sup>11</sup>

Muito provavelmente o melhor exemplo esclarecedor da possibilidade da ocupação das coisas sem dono esteja na lição de Ihering quando doutrina sobre a apropriação corpórea de coisas e figura o exemplo esclarecedor de se encontrarem reunidos, num mesmo lugar, dois objetos: tordos (conhecidos popularmente por sabiás) presos ao laço num bosque, ou, num terreno em construção, materiais; e, ao lado, um estojo de charutos. Disse o grande romanista que o comum dos homens sabe que será culpado de roubo se tirar os tordos ou alguns materiais, mas nada terá que recear se levar o estojo para charutos. E prossegue avisando que o homem honesto deixa ali os tordos e os materiais, e coloca no bolso o estojo para charutos a fim de procurar o seu dono, ou, se não puder encontrá-lo, para encaminhar o objeto à polícia. A seguir indaga sobre o motivo dessa dupla maneira de proceder. Responde que quanto ao estojo para charutos, todos atinarão para o fato de estar ali perdido, ou que foi contra a vontade de seu dono que ali chegou. Dirão, então, que foi coisa *achada*. Mas quanto aos tordos e quanto aos materiais, sabe-se que o local em que se encontravam tem origem numa determinação tomada por seu proprietário e que concorda com a sua vontade; não são coisas *achadas*, por não terem sido *perdidas*; são *furtadas*.<sup>12</sup>

Examinada a questão sobre a possibilidade de apropriação, pode-se retornar ao tema central do nosso estudo realçando que a apropriação de bens que nos interessa é aquela relativa às coisas úteis e raras e que tenham valor econômico.

Para tanto, há que se enveredar pelo conceito de patrimônio.

#### 4. Conceito de patrimônio

Se estamos conceituando bens como alguma coisa útil e rara, que tenham valor econômico e que possam ser apropriados pelas pessoas, então, à evidência, também estamos pensando (juridicamente)

num acervo de bens que possam exornar os seus proprietários.

Este acervo é o que em última análise garantirá aos credores, na hipótese do não cumprimento dos negócios jurídicos que deveriam permitir a lícita transferência dos bens para o patrimônio daqueles, a possibilidade de minimizarem seus prejuízos através da composição das perdas e danos.

Isso é o que preconizava o artigo 1.518, do antigo Código Civil, o qual hoje confronta com as regras dos artigos 391 e 942, ambas do novo Código Civil. Aliás, elas também se espelham no artigo 591, do Código de Processo Civil.

O novo Código Civil não deixou de perfilar, na classificação dos bens coletivos, uma adequada noção de universalidade de direito onde se encaixa com precisão o conceito ora reclamado.

Vale lembrar que o artigo 54, do antigo Código Civil, se limitava a estabelecer que as coisas consideradas em si mesmas poderiam ser singulares e coletivas ou universais; as primeiras, sempre que, embora reunidas, permanecessem consideradas independentemente das demais; as segundas, as que encaram agregadas a um todo.

Muito embora o artigo 89, do novo Código Civil, continue a conceituar os bens singulares pela mesma forma, o avanço quanto ao conceito de bens universais é notório e tornou muito mais simples a vida do estudioso do direito, pois a doutrina de então se debatia para diferenciar as universalidades.

Basta se deitar os olhos pelas obras tradicionais sobre o antigo Código Civil para se ter a idéia daquilo que estamos apontando, ou seja, a pluralidade conceitual sobre a idéia de bens coletivos ou universais (Silvio Rodrigues, *Direito Civil – Parte Geral*, 21ª edição atualizada, Saraiva, 1990, vol. 1, pp. 134/137; Washington de Barros Monteiro, *Curso de Direito Civil – Parte Geral*, 33ª ed., Saraiva, 1995, 1º vol., pp. 147/148; Orlando Gomes, *Introdução ao Direito Civil*, 13ª ed., Forense, 1999, pp. 226/229, item 141; e Caio Mario da Silva Pereira, *Instituições de Direito Civil*, 19ª edição revista e atualizada, Forense, 2001, vol. I, pp. 273/274, item 74).

Hoje os bens coletivos (*universitas rerum*) – artigos 90 e 91 do novo Código Civil – compreendem

11. *Op. cit.*, p. 293.

12. Rudolf von Ihering, *A teoria simplificada da posse*, José Bushatsky Editor, 1976, pp. 112/113.

as universalidades de fato (*universitas facti*), que é o conjunto de bens reunidos pela vontade humana para determinado fim (rebanho, biblioteca), e a universalidade de direito (*universitas juris*), que representa o conjunto de coisas e direitos reunidos pela lei com caráter unitário (fundo de comércio, patrimônio, herança), como doutrina Renan Lotufo.<sup>13</sup>

Em suma, o que é objeto da nossa preocupação são os bens que possam vir a integrar o patrimônio de uma pessoa e que assim passem a representar o resultado econômico positivo da diferença entre seus créditos e débitos; ou em outras palavras, o acervo de bens conversíveis em dinheiro.

## 5. Das pertences

Ninguém duvida que toda e qualquer obra da pessoa humana sempre será falível.

O novo Código Civil não poderia ser diferente. Mas ele traz boas inovações.

Mesmo com críticas ao novo Código Civil, o coordenador do seu Projeto, Miguel Reale, já advertia para o fato de que nenhuma lei é perfeita, comportando sempre revisões e o preenchimento de lacunas, mas o espírito da nova lei compreende o Direito em perene vinculação com valores sociais e éticos, razão pela qual reconhece-se que ele só pode ser exercido em benefício da pessoa, respeitando-se os fins ético-sociais da comunidade a que seu titular pertence.<sup>14</sup>

Por decorrência lógica disso o novo Código Civil sacudi em múltiplos aspectos o pensamento

jurídico porque procurou uma justa composição entre os interesses individuais e coletivos inserindo em seu texto aquilo que se convencionou chamar de cláusulas abertas, ou seja, regras gerais que permitem que o juiz de direito atue compondo o litígio através de princípios que melhor harmonizem o caso em debate (arts. 113, 187 e 422, todos do novo Código Civil destacadores da eticidade e da socialidade, princípios que presidiram a sua elaboração).

Entretanto, a engenharia jurídica do novo Código Civil, em outros casos, cuidou de fixar conceitos para facilitar a vida dos que contratam até para espalhar o princípio da função social do contrato fixado no artigo 421, do novo Código Civil.

Exemplo vivo desta hipótese está no conceito de pertences; ainda que antigo seja, veio ele em boa hora para o bojo do novo Código Civil.

Sobrevindo a inexorável indagação sobre o porquê da boa hora da introdução do conceito no artigo 93, do novo Código Civil,<sup>15</sup> a resposta está em simplesmente se apontar para as regras dos artigos 94 e 233, ambos do mesmo Diploma.<sup>16</sup>

Dirá o leitor, com carradas de razão, que as duas regras parecem não solucionar a questão, já que aparentemente não fazem distinção entre bens acessórios e pertences.

Fazem, é certo e sem dúvida alguma, em que pese a sutileza jurídica.

A doutrina de há muito agitava o tema para enaltecer a sua importância.

Em meados do século passado, a avisada lição de Eduardo Espínola destacava que as coisas acessórias, quando não constituem parte integrante da principal, mas se destinam a conservá-la, garantir-lhe, facilitar-lhe o uso, denominavam-se pertences.<sup>17</sup>

Mais recentemente, na atualização da magnífica obra de Washington de Barros Monteiro, assentou-se que as pertences são bens acessórios destinados a conservar ou facilitar o uso das coisas principais, mantendo sua individualidade e integridade próprias, e que são mantidas intencionalmente num só bem principal, para servir a sua finalidade econômica.<sup>18</sup>

Também mais recentemente, na lúcida doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, para além de se anotar que o critério para se distinguir o bem principal é a sua função econômica, em razão da qual se estabelece a relação de dependência que caracteriza a acessoriedade, ensinou-se que o acessório acompanha o principal no seu destino.<sup>19</sup>

13. *Op. cit.*, p. 234.

14. *Estudos preliminares do Código Civil*, RT, 2003, pp. 27 e 36.

15. "São pertences os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro".

16. "Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertences, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso" (art. 94 do novo Código Civil).

"A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso" (art. 233 do novo Código Civil).

17. *Sistema do Direito Civil*, Editora Rio, edição histórica de 1977, p. 499.

18. *Curso de Direito Civil - Parte Geral*, 39ª ed., atualização de Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto, Saraiva, 2003, vol. 1, p. 185.

19. *Direito Civil brasileiro - Parte Geral*, Saraiva, 2003, vol. I, pp. 258 e 259.

Este mesmo autor, um pouco mais adiante, acentua que o novo Código Civil incluiu no rol dos bens acessórios as *pertenças*, ou seja, os bens móveis que, não constituindo partes integrantes (como o são os frutos, produtos e benfeitorias), estão afetados de forma duradoura ao serviço ou ornamentação de outro, como os tratores destinados a uma melhor exploração de propriedade agrícola e os objetos de decoração de uma residência.<sup>20</sup>

Linhas atrás falamos que o tema, apesar de veiculado no novo Código Civil, nada tem de moderno.

Ainda que paira dúvida sobre a consideração do instituto no Direito Romano, a abalizada doutrina do Ministro Moreira Alves já pontuava que coisa acessória, em sentido amplo, é aquela que está subordinada à principal e pode ser parte dela (*pars rei*), seja destacável ou não; de outro lado, sem ser parte do principal (e, portanto, sem ser necessária para completá-la), ser coisa autônoma, mas posta, de modo estável, a serviço ou como ornamento daquela (*instrumentum e ornamentum*).<sup>21</sup>

O importante na diferenciação trazida pelo Direito Romano (*pars rei e instrumentum ou ornamentum*) reside apenas nos seus efeitos; aliás, os mesmos efeitos que distanciam as regras dos artigos 94 e 233, do novo Código Civil.

Sem dúvida, os negócios jurídicos que se referem à coisa principal abrangem, necessariamente, a coisa acessória (*pars rei*); o mesmo não ocorre com os *instrumenta* ou *ornamentum* que, para seguirem o destino do principal, requerem ajuste nesse sentido.<sup>22</sup>

As pertenças seguem, assim, o mesmo sistema dos *instrumenta* ou dos *ornamentum* do Direito Romano: toda pertença é coisa acessória, mas a recíproca não é verdadeira.

Tome-se, neste particular, um exemplo singelo: o toca-CD de um carro. Se for um comum, adaptável a qualquer veículo, será uma pertença nele introduzida pelo proprietário do bem principal; se for um modelo original, já adaptado ao painel do veículo e que só a este se amolda, será um acessório, que seguirá o destino do bem principal.

O primeiro pode ser retirado quando da venda; o segundo, não. Daí o efeito prático e valoroso dos artigos 94 e 233, do novo Código Civil, que certamente em muito ajudarão aqueles que participarem de negócios jurídicos de compra e venda, principalmente de imóveis.

Por fim, e só para inquietar o leitor, vale a pena realçar que pertença não se confunde com benfeitoria. Ambas são bens acessórios, é certo, mas a benfeitoria sempre será considerada despesa feita por quem tem a obrigação de restituir o bem principal.

Esta questão, entretanto, fica para outra oportunidade.

## 6. Conclusões

1. Bens são todas as utilidades raras que ajudam a pessoa a se tornar feliz;

2. Ajudar a pessoa a se tornar feliz compõe o figurino da dignidade humana, fundamento do nosso Estado Democrático de Direito;

3. Os bens apropriáveis pela pessoa através de ocupação exigem a indagação da origem delas: *res derelictae* ou *res nullius*?;

4. O patrimônio de uma pessoa, que se amolda ao estabelecido pelo artigo 91, do novo Código Civil, constitui um acervo de bens com valor econômico a ser aferido pela relação crédito e débito que ela ostenta;

5. O conceito de pertença que o Direito Romano conhecia como outros rótulos, foi introduzido pelo novo Código Civil no nosso sistema jurídico e em muito ajudará os que participam de negócios jurídicos de compra e venda, principalmente de imóveis;

6. A pertença é um bem acessório mas que não segue, salvo ajuste em contrário, o destino do principal;

7. A pertença não se confunde com a benfeitoria.

## Bibliografia

BEVILÁQUA, Clóvis. *Theoria geral do Direito Civil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1946.

ESPÍNOLA, Eduardo. *Sistema do Direito Civil*, Editora Rio, edição histórica de 1977.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil brasileiro – Parte Geral*, Saraiva, 2003, vol. I.

IHERING, Rudolf von. *A teoria simplificada da posse*, José Bushatsky Editor, 1976.

LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*, Saraiva, 2003, vol. 1.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil – Parte Geral*, 39ª ed., atualização de

20. *Op. cit.*, p. 261.

21. *Op. cit.*, p. 143.

22. José Carlos Moreira Alves, *op. cit.*, p. 143.

Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto, Saraiva, 2003, vol. 1.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *A Parte Geral do Projeto de Código Civil brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 1986.

REALE, Miguel. *Estudos preliminares do Código Civil*, RT, 2003.

RIBAS, Antonio Joaquim. *Curso de Direito Civil brasileiro*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1880, vol. II, obra fac-similar, Senado Federal, Brasília, junho de 2003.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil – Parte Geral*, 32ª ed., atualizada de acordo com o novo Código Civil, Saraiva, 2002, vol. 1.